

RESOLUÇÃO Nº 052/99

(Publicada no Diário Oficial de 31/12/1999)

Ratificada e Alterada pela Resolução nº 15/02. Que também alterou a titularidade do benefício para a BAHIA LEVE INDÚSTRIA DE CALÇADOS S/A, CNPJ nº 04.760.834/0001-56.

Fixa o percentual a ser utilizada como Crédito Presumido pela BAHIA LEVE INDÚSTRIA DE CALÇADOS S/A.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos do § 1º, do art. 6º da Lei nº 6.335, de 31 de outubro de 1991, Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1998 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar em 90% o percentual do crédito presumido do ICMS a ser utilizado nas operações de saídas de calçados, componentes para calçados e artefatos de couro, pela BAHIA LEVE INDÚSTRIA DE CALÇADOS S/A, CNPJ nº 04.760.834/0001-56, instalada neste Estado.

Nota: A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 15 de 12/09/02, DOE de 03/10/02, efeitos a partir de 03/10/02.

Redação original, efeitos até 02/10/02:

"Art. 1º Fixar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, em 90% o percentual do Crédito presumido a ser utilizado nas operações de saída de calçados, artefatos de couro e sintéticos e componentes pela LEVE INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA., a se instalar no município de Feira de Santana, neste Estado."

Art. 2º O prazo do presente benefício vigorará por 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal.

Nota: A redação atual do art. 2º foi dada pela Resolução nº 15 de 12/09/02, DOE de 03/10/02, efeitos a partir de 03/10/02.

Redação original, efeitos até 02/10/02:

"Art. 2º O prazo do presente benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção até 31.12.2012."

Art. 3º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 27 de dezembro de 1999.

BENITO GAMA
Presidente